

**Conselho Regulador da
Entidade Reguladora para a Comunicação Social**

**Deliberação
58/2013 (AUT-R)**

ENTIDADE REGULADORA
PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

Cessão do serviço de programas de âmbito local denominado *Rádio Beira Interior* e respetiva licença, do operador Rádio Beira Interior, CRL

Lisboa
6 de março de 2013

Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social

Deliberação 58/2013 (AUT-R)

Assunto: Cessão do serviço de programas de âmbito local denominado *Rádio Beira Interior* e respetiva licença, do operador Rádio Beira Interior, CRL.

1. Pedido

- 1.1.** Por requerimento de 20 de novembro de 2012, foi solicitada à Entidade Reguladora para a Comunicação Social (doravante, ERC) autorização prévia para a cessão do serviço de programas de âmbito local denominado *Rádio Beira Interior* e respetiva licença, de que é titular a Rádio Beira Interior, CRL., a favor da sociedade RACAB – Rádio Castelo Branco, Lda..
- 1.2.** A Rádio Beira Interior, CRL., é uma cooperativa licenciada para o exercício da atividade de radiodifusão sonora no concelho de Castelo Branco, frequência 92.0MHz, que disponibiliza um serviço de programas de âmbito local e cariz generalista denominado *Rádio Beira Interior*, tendo a sua licença sido renovada nos termos da Deliberação 30/LIC-R/2009, de 26 de janeiro de 2009.

2. Análise e Direito Aplicável

- 2.1.** De acordo com o n.º 9 do artigo 4.º da Lei n.º 54/2010, de 24 de dezembro (doravante, Lei da Rádio), «[é] permitida, nos termos previstos para a alteração de domínio dos operadores, a cessão de serviços de programas de âmbito local e das respetivas licenças ou autorizações, quando comprovadamente útil para a salvaguarda do projeto licenciado [...]».
- 2.2.** Contudo, é ainda requisito prévio da respetiva cessão que «[...] seja transmitida a universalidade dos bens, dos direitos e das obrigações, incluindo as de natureza laboral, exclusivamente afetos ao serviço de programas em causa».

- 2.3.** O n.º 10, *in fine*, do artigo 4.º da Lei da Rádio estabelece que a cessão de serviços de programas de âmbito local, e respetivas licenças, carece de aprovação prévia da ERC, sendo que esta só pode ocorrer se se encontrarem cumpridos os limites temporais impostos pelo artigo 4.º, n.º 6, *ex vi*, n.º 9 do referido diploma.
- 2.4.** A ERC submete os referidos processos à ANACOM – Autoridade Nacional das Comunicações, para decisão quanto à transmissão dos respetivos direitos de utilização de frequências, nos termos dos ns.º 7 e 8 do artigo 22.º da Lei da Rádio.
- 2.5.** A presente alteração está ainda sujeita ao regime estabelecido no artigo 4.º, ns.º 3, 4, 5, 6, e segunda parte do n.º 7 *ex vi* ns.º 9 e 8, do referido diploma.
- 2.6.** A ERC é competente para apreciação do pedido ao abrigo da alínea c) do n.º 3 do artigo 24.º dos Estatutos da ERC, aprovados pela Lei n.º 53/2005, de 8 de novembro, e do n.º 10, *in fine*, do artigo 4.º da Lei da Rádio.
- 2.7.** A Requerente juntou para instrução do processo os seguintes documentos:
- i. Cópia do título habilitador para o exercício da atividade de rádio;
 - ii. Cópia do título que consubstancia o direito de utilização de frequências, emitido pela ANACOM – Autoridade Nacional das Comunicações;
 - iii. Certidões do Registo Comercial das Cedente e Cessionária (códigos de acesso às certidões permanentes);
 - iv. Cópia dos Estatutos da Cedente e cópia do Pacto Social da sociedade Cessionária;
 - v. Cópia da ata da assembleia geral autorizando a cessão do serviço de programas e respetiva licença, da Cedente;
 - vi. Declaração da Cessionária de que cumpre a norma relativa às restrições constantes no n.º 1 do artigo 16º da Lei da Rádio;
 - vii. Declarações da Cedente, da Cessionária, e dos seus sócios, de cumprimento do disposto nos ns.º 3 a 5 do artigo 4º da Lei da Rádio;
 - viii. Declaração da Cessionária de respeito pelas premissas determinantes da atribuição e renovação da licença em questão;
 - ix. Linhas gerais de programação, mapa de programas a emitir, sinopses, respetivos horários e indicação de noticiários de cariz local, do serviço de programas objeto de cessão;
 - x. Estatuto editorial;

- xi. Documento comprovativo da situação contributiva regularizada perante a segurança social, da Cedente e da Cessionária;
- xii. Documento comprovativo da situação tributária regularizada, emitido pelos serviços de finanças, da Cedente e da Cessionária;
- xiii. Indicação dos recursos humanos afetos à programação própria do serviço de programas objeto de cessão.

2.8. Tendo a licença do serviço de programas *Rádio Beira Interior* sido renovada pela Deliberação 30/LIC-R/2009, de 29 de janeiro de 2009, por um período de quinze anos, compreendido entre 9 de maio de 2009 e 8 de maio de 2024, e não tendo sido concretizada qualquer alteração do projeto no período legalmente estabelecido, conclui-se no sentido do preenchimento do requisito temporal estabelecido pelo n.º 6 do artigo 4.º da Lei da Rádio.

2.9. No que se refere às demais exigências impostas no âmbito de uma cessão de serviços de programas, e respetivas licenças, e quanto aos documentos indicados no ponto 2.7., verifica-se que estão em conformidade com os dispositivos legais correspondentes, destacando-se o facto de a Cessionária obedecer ao princípio da especialidade, em conformidade com o n.º 2 do artigo 15.º da Lei da Rádio.

2.10. Salvaguarda-se ainda o respeito pelas normas contidas no n.º 1 do artigo 16.º, por não se verificarem as restrições aí referidas, e n.ºs 3 a 5 do artigo 4.º, todos da Lei da Rádio, sendo que a Cedente, a Cessionária, e os seus sócios, declararam conformidade com as referidas disposições legais, concluindo-se pela inexistência de participações proibidas em outros operadores.

2.11. No que concerne à fundamentação do pedido objeto de análise, a Requerente coloca a tónica na difícil situação financeiro económica que atravessa, associada ao decréscimo acentuado das receitas publicitárias, e que resume pela «[...] incapacidade de gerar recursos internos, [...] indisponibilidade dos cooperantes para injetar meios financeiros próprios, [...] banca a querer reduzir os valores dos empréstimos bancários», ao que acresce, a «[...] incapacidade de reduzir a sua estrutura de custos e de captar receitas de publicidade [...]». Motivo pelo qual, resume «[...] não [ser] possível manter a emissão da rádio sem recurso à cedência da sua licença», convicta de que «[a]ssim estão reunidas as condições de continuidade das emissões da Rádio Beira Interior, com a melhoria da sua emissão, de forma [a] que esta região do interior, já tanto fustigada em termos

económicos, não seja privada de um órgão de comunicação que seja um espaço de análise dos problemas das suas gentes e uma referência dos seus costumes». Atendendo à situação financeiro económica difícil que o operador atravessa, suficiente para fazer perigar a continuidade e regularidade das emissões da *Rádio Beira Interior*, afigura-se que a cessão requerida é útil para a própria salvaguarda do projeto licenciado ao operador cedente.

- 2.12.** A Cessionária declara respeito pelas premissas determinantes da atribuição da licença em questão, pelo que, da análise dos elementos constantes do processo, conclui-se que as obrigações impostas aos operadores locais de cariz generalista se encontram asseguradas após a cessão requerida.
- 2.13.** O estatuto editorial do serviço de programas *Rádio Beira Interior* apresenta-se em conformidade com o disposto do n.º 1 do artigo 34.º da Lei da Rádio, dele constando os compromissos impostos pelo normativo.
- 2.14.** É ainda declarado o cumprimento dos requisitos quanto à transmissão da universalidade dos bens, dos direitos e das obrigações, exclusivamente afetos ao serviço de programas em causa, nos termos do n.º 9, *in fine*, do artigo 4.º da Lei da Rádio.

3. Transmissão dos direitos de utilização de frequências

Nos termos do n.º 7 do artigo 22.º da Lei da Rádio, a ERC submeteu o processo de transmissão das licenças à ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações, para decisão quanto à transmissão dos respetivos direitos de utilização de frequências, tendo recolhido decisão favorável, datada de 22 de fevereiro de 2013.

Pronunciou-se ainda a Autoridade da Concorrência, para efeitos do que especificamente se dispõe no artigo 34.º, n.º 7, da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro [LCE], concluindo que a projetada transmissão não é suscetível de provocar distorções da concorrência, em particular no que concerne à criação de entraves significativos à concorrência efetiva no mercado nacional ou numa parte substancial deste.

4. Deliberação

Perante o exposto, no exercício da competência prevista no artigo 24.º, n.º 3, alínea c), dos Estatutos da ERC, aprovados pela Lei n.º 53/2005, de 8 de novembro, conjugado com o n.º 10, *in fine*, do artigo 4.º da Lei n.º 54/2010, de 24 de dezembro (Lei da Rádio), o Conselho Regulador da ERC delibera autorizar a cessão do serviço de programas denominado *Rádio Beira Interior*, assim como da respetiva licença, a favor da RACAB – Rádio Castelo Branco, Lda., conforme requerido.

A cessão do serviço de programas *Rádio Beira Interior*, assim como da respetiva licença, a favor da RACAB – Rádio Castelo Branco, Lda., deverá ser concretizada pela realização do respetivo negócio jurídico, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, após a notificação da presente deliberação aos interessados, devendo posteriormente ser promovido o respetivo registo das alterações supervenientes junto da Unidade de Registos da ERC, nos termos dos artigos 8º e 28º do Decreto Regulamentar n.º 8/99, de 9 de junho, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 7/2008, de 27 de fevereiro, e Decreto Regulamentar n.º 2/2009, de 27 de janeiro.

Lisboa, 6 de março de 2013

O Conselho Regulador,

Alberto Arons de Carvalho
Luísa Roseira
Raquel Alexandra Castro
Rui Gomes